



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

MINUTA

CONTRATO Nº ____/201__

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA SÉTIMA REGIÃO E**

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SÉTIMA REGIÃO**, com sede na Av. Santos Dumont nº 3.384, nesta capital, inscrito no CNPJ sob o nº 03.235.270/0001-70, neste ato representado por sua Diretora-Geral, **MARIA EVELINE FERNANDES BARRETO**, portadora do CPF nº 293.562.883-72 e RG nº 90003031352 – SSPDS-CE, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado,, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na, Bairro, CEP, inscrita no CNPJ sob o nº, adiante denominada **CONTRATADA** e aqui legalmente representada por, portador do CPF nº e R.G nº, órgão de expedição, resolvem firmar o presente negócio jurídico, com fundamento no parágrafo primeiro do artigo 1º da Lei nº 10.520/02, c/c o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto nº 3.555/00 e parágrafo primeiro do artigo 2º do Decreto nº 5.450/05, e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, tendo em vista o certame licitatório realizado na modalidade **Pregão Eletrônico**, sob o nº/2017, e o que consta do Processo Administrativo Eletrônico PROAD TRT7 nº **2932/2017**, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Aquisição de aparelho *SCANNER* DE RAIOS-X, com respectiva instalação, treinamento e assistência técnica durante o período de garantia, a ser instalado nas edificações do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT7), localizados na Capital e no Interior do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO CONTRATO

2.1 São partes integrantes deste termo, como se aqui estivessem integralmente transcritos, os seguintes documentos:

a) o Edital do Pregão Eletrônico nº/2017 e seus anexos;

b) a proposta apresentada pela CONTRATADA.

2.1.1 Considera-se expressamente revogado o contido na proposta apresentada pela CONTRATADA que disponha em contrário ao estabelecido neste termo de contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**3.1 Lote único**

ITEM	MATERIAL	QUANT.
1	SCANNER DE RAIOS-X COM ESTEIRA E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	10

3.2 Os equipamentos *Scanner* de Raios-X deverão contar com esteiras na parte frontal e traseira e com as seguintes especificações:

3.2.1. Contar com esteiras nas partes frontal e traseiras;

3.2.2. Estrutura robusta e resistente a impactos mecânicos como colisão, choque e pressões provocadas pelo fluxo normal de bagagens;

3.2.3. Túnel com dimensões mínimas de 600mm de largura e 400mm de altura;

3.2.4. Velocidade da esteira transportadora igual ou superior a 0,2 m/s;

3.2.5. Carga mínima de capacidade da esteira de 120 kg;

3.2.6. Resolução capaz de detectar fio de 36 AWG;

3.2.7. Penetração simples em aço de, no mínimo, 30mm;

3.2.8. Alimentação: 220v, monofásica;

3.2.9. Temperatura de funcionamento: 0 a 40° C;

3.2.10. Equipamento com túnel de inspeção blindado, nas áreas sujeitas à incidência de Raios-X, para impedir vazamento de radiação;

3.2.11. Possuir cortinas de material flexível na entrada e saída do túnel, capazes de bloquear Raios-X, e que não poderão interferir na formação da imagem e capacidade de apresentação da imagem;

3.2.12. Doses de Raios-X compatíveis com as normas estabelecidas pela CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear);

3.2.13. Tensão anódica do gerador de Raios-X a partir de 160kv, permitindo a visualização melhor dos objetos em uma bagagem mesmo possuindo materiais de alta densidade, como *notebook*, *tablet*, bateria, etc., sem a necessidade de retirar estes objetos da bagagem ou carga, garantindo ágil fluxo de inspeção;

3.2.14. Capacidade de apresentação de imagem no monitor nas seguintes opções: preto & branco e colorida (colorização da imagem em função de grupos de números atômicos

observados) com diferenciação de material por tonalidade de cinza, gama variável, material orgânico, material inorgânico e vídeo reverso, permitindo os mais altos detalhes de resolução para todos os materiais e densidades, disponível sem a necessidade de pré-ajustes no painel de controle do operador;

3.2.15. Possibilidade de configuração de duas funções de processamento de imagem mais utilizada para ser apresentada simultaneamente em dois monitores, reduzindo a necessidade de o operador alternar a configuração no teclado de operação, aumentando assim a velocidade de inspeção e reduzindo o desgaste para o operador;

3.2.16. Os diferentes tipos de materiais devem poder ser apresentados distintamente com cores por intermédio de multienergia de acordo com seu número atômico, distintos, no mínimo, em três níveis;

3.2.17. Permitir o acionamento da esteira independentemente da emissão dos Raios-X;

3.2.18. Possuir zoom eletrônico de, no mínimo, 64 (sessenta e quatro) vezes;

3.2.19. Possuir função de auto diagnóstico, para facilidade de manutenção;

3.2.20. Possuir botões para desligamento do sistema, em caso de emergência, localizados na entrada e saída do túnel de inspeção e no teclado operacional;

3.2.21. Possuir sinalização visual ao público, durante a emissão de Raios-X;

3.2.22. Possuir sensor de presença nas extremidades do túnel, de maneira que acione os Raios-X apenas quando detectada a presença de um ou mais volumes na esteira;

3.2.23. Possuir função específica para facilitar a identificação de objetos obscurecidos por materiais de alta absorção e para materiais de baixa absorção, tanto para imagem colorida, quanto para imagem em preto e branco;

3.2.24. Atender as obrigatoriedades das normas do CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear), em sua integralidade, incluindo a Isenção de Requisitos de Proteção Radiológica, de acordo com a Posição Regulatória 3.01/001 (Critérios de Exclusão Isenção e Dispensa de Requisitos de Proteção Radiológica) da Norma CNEN NN3.01 “Diretrizes Básicas de Proteção Radiológica”;

3.2.25. O equipamento deverá ser dotado de função de revisão de imagens, possibilitando a apresentação de, pelo menos, as últimas imagens apresentadas na tela, sem a necessidade de retrocesso na esteira ou a repassagem do objeto pelo túnel. Todas as funções de processamento de imagens deverão operar de forma simultânea;

3.2.26. O controle de acesso do sistema deverá apresentar configuração para cada usuário cadastrado, sem limites de configurações distintas, conforme a necessidade, possibilitando a liberação de funções exatamente conforme a necessidade de cada operador, evitando que outras funções sejam acessadas indevidamente;

3.2.27. Geração de imagem criptografada, incluindo internamente as informações do operador, hora, data e número de série do equipamento que realizou a aquisição da imagem. Possibilitar a exportação de forma segura das imagens, não perdendo informações importantes para o rastreamento da imagem;

3.2.28. Manuais em português do Brasil, abrangendo os níveis: Operador, Supervisor e Manutenção, contendo as características e especificações do equipamento;

3.2.29. A dose de Raios-X emitida pelo equipamento durante a inspeção deverá ser

limitada a um nível considerado inofensivo para o organismo humano, produtos alimentícios ou medicamentos e materiais sensíveis;

3.2.30. Não afetar materiais sensíveis, tais como máquinas fotográficas, computadores portáteis, câmeras, nem qualquer equipamento e aparelho eletrônico inspecionado;

3.2.31. Não afetar medicamentos e alimentos inspecionados;

3.2.32. A CONTRATADA deverá apresentar laudo emitido por supervisor de rádio proteção para comprovação do atendimento a estes requisitos;

3.2.33. Não interferir e/ou sofrer interferência de qualquer natureza, nem mesmo eletromagnéticas ou eletrostáticas, de aparelhos ou estruturas metálicas, situadas a uma distância maior ou igual a 1 (um) metro destes;

3.2.34. O equipamento deverá possibilitar a exportação de imagens em arquivo de formato do tipo JPEG, TIFF ou BMP, para um computador remoto ou para dispositivos comuns de gravação, tais como gravador de CDROM ou *pen drive*, bem como a emissão de relatórios de dados do operador, histórico, quantidade de itens inspecionados, data e hora de inspeção e, também, de falhas apresentadas pelo equipamento;

3.2.35. Possuir conexão à rede *wireless*, que possibilite a conexão com rede em ambientes onde não possui infraestrutura de rede cabeada, prédios construídos sem a prévia realização de planejamento para instalação destes equipamentos.

3.2.36. O equipamento deverá dispor das seguintes funções em tempo real (instantâneo), sem a necessidade de parar a esteira:

3.2.36.1. Somente orgânicos (onde são apresentados em tela somente os materiais orgânicos ou híbridos);

3.2.36.2. Somente inorgânico (onde são apresentados em tela somente os materiais inorgânicos ou híbridos);

3.2.36.3. Alta absorção (onde os objetos, nos quais é mais fácil a penetração, tem o seu contraste aumentado, para facilitar a sua identificação);

3.2.36.4. Baixa absorção (onde objetos de mais fácil penetração têm seu contraste diminuído, para facilitar sua identificação);

3.2.36.5. Negativo (onde é possível inverter a absorção, sendo que os objetos de alta absorção e baixa absorção têm seu contraste invertido facilitado, com isto a visualização de fios finos);

3.2.36.6. Contraste otimizado que auxilia o operador na avaliação de imagens de Raios-X de objetos inspecionados de uma forma mais rápida e mais efetiva. O contraste otimizado é atingido através de toda a imagem, independentemente do brilho da imagem prevalecente.

3.2.37. Permitir a instalação de *software* de gerenciamento remoto de múltiplos equipamentos;

3.2.38. Utilizar sistema operacional Windows ou Linux para garantir maior imunidade à transferência de vírus por *pen drive* ou rede;

3.2.39. Possuir sistema de inserção de imagens de falsas ameaças, com capacidade superior a 300 (trezentas) imagens armazenadas, para supervisão e controle da

qualidade dos operadores;

3.2.40. Possuir detecção dinâmica de materiais suspeitos, conforme o número atômico do material, o equipamento será fornecido com no mínimo a detecção de materiais na faixa de explosivos, narcóticos e materiais de alta densidade, porém deve possibilitar a adição de novas faixas de materiais, conforme a necessidade;

3.2.41. Permitir inclusão de novos relatórios, de acordo com demandas futuras;

3.2.42. CPU interna com disco rígido para gravação de imagem de no mínimo 500GB e memória *ram* de no mínimo 2GB;

3.2.43. Dimensões do equipamento sem acessórios:

3.2.43.1. Altura, máxima, 1300mm;

3.2.43.2. Largura, máxima, 850mm;

3.2.43.3. Comprimento, máximo, de 2050mm, sem o acessório para extensão da esteira.

3.2.44. 02 (dois) monitores de LED, com tela de 21”, devendo garantir imagens livres de interferência, quando a esteira estiver em movimento;

3.2.45. Possuir console de operação que evite pessoas não autorizadas a operarem;

3.2.46. Possuir 02 (duas) coberturas para a entrada e saída do túnel para proteger as suas partes laterais e superiores, afim de evitar que pessoas, inadvertidamente, venham a introduzir as mãos dentro do túnel de inspeção, estendendo-se a partir da abertura do túnel por, no mínimo, 200mm;

3.2.47. Devem acompanhar os equipamentos, como acessórios: 01 (um) UPS/*nobreak* com capacidade suficiente para suportar a operação total da solução, tendo uma autonomia mínima de 30 (trinta) minutos, que permita a finalização de alguma fiscalização e o desligamento do aparelho; e 02 (duas) mesas de roletes, como extensões das esteiras, com as seguintes características:

3.2.47.1. Estrutura independente, não fixada no equipamento de Raio-X;

3.2.47.2. Estrutura resistente a cargas de no mínimo 50 kg, construída com material inoxidável ou pintura eletrostática;

3.2.47.3. Comprimento de, no mínimo, 800mm na entrada e na saída do túnel;

3.2.47.4. Altura regulável nas extremidades;

3.2.47.5. Roletes instalados em toda a sua extensão, construídos com material inoxidável e de fácil remoção;

3.2.47.6. Dispositivo que possibilite o ajuste de proximidade da esteira do equipamento com a extensão;

3.2.47.7. Possuir proteções laterais para evitar que as bagagens caiam da esteira;

3.2.47.8. Possuir batente no final da esteira de saída.

3.2.48. Serviço de instalação, fixação, ativação e testes;

3.2.49. Garantia técnica, realizada na modalidade “on site”, de 2 (dois) anos, no mínimo.

3.3 Modelo de referência: marca VMI, modelo Spectrum 6040.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO

4.1 Os equipamentos deverão instalados nas edificações da Sede do TRT da 7ª Região (TRT7), do Fórum Autran Nunes (FAN), do Fórum da Região do Cariri (CARIRI), Fórum Trabalhista de Maracanaú (MARACANAÚ) e no Fórum Trabalhista de Sobral (SOBRAL), cujos endereços estão discriminados no quadro a seguir:

LOCAL DA INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS		QTD
TRT7	Edifício Anexo I – Rua Desembargador Leite Albuquerque nº 1077 – Bairro Aldeota, Fortaleza/CE.	1
	Edifício Anexo II - Rua Vicente Leite nº 1281 – Bairro Aldeota, Fortaleza/CE.	1
FAN	Edifício Desembargador Manoel Arízio de Castro - Avenida Duque de Caxias nº 1150 – Bairro Centro, Fortaleza/CE.	2
	Edifício Dom Hélder Câmara - Avenida Tristão Gonçalves nº 912 – Bairro Centro, Fortaleza/CE.	3
CARIRI	Edifício Desembargador Paulo da Silva Porto – Rua Rafael Malzoni nº 761 – Bairro São José, Juazeiro do Norte/CE	1
MARACANAÚ	Edifício Desembargador Osmundo Pontes – Rua Luiz Gonzaga Honório de Abreu, nº 80 – Bairro Parque Antônio Justa, Maracanaú/CE	1
SOBRAL	Edifício Desembargador Tarcísio Guedes Lima Verde – Avenida Lúcia Sabóia, nº 500 – Bairro Centro, Sobral/CE.	1

4.2 A CONTRATADA deve, caso necessário, executar a instalação elétrica, de dutos e outros, fornecer porcelanatos e/ou cerâmicas nas mesmas especificações dos já existentes nos locais indicados no **item 4.1** desta Cláusula e executar o serviço de recomposição dos pisos.

4.3 Todas as peças e materiais empregados nos serviços deverão ser novos, sem uso e estarem de acordo com as especificações do fabricante e com as normas da ABNT específicas, assim como os serviços deverão ser executados sempre de acordo com as recomendações e procedimentos dos fabricantes, além das normas de segurança indicadas com o objetivo de elevar a vida útil, melhoria do rendimento dos equipamentos e garantia de segurança dos envolvidos na atividade e de terceiros.

4.4 Após a realização da instalação, os equipamentos deverão atender o desempenho exigido pelo fabricante. Tal fato deverá ser atestado por meio de relatório, comprovando as especificações atendidas, que deverá ser entregue na data da conclusão do serviço.

4.5 A contratada também deverá fornecer a mão de obra especializada, com utilização de equipamentos e ferramentas adequadas para instalação e testes de funcionamento dos equipamentos.

4.6 Para que a CONTRATADA possa verificar e quantificar o material necessário para a correta instalação dos equipamentos e para a composição dos custos de instalação poderão ser realizadas visitas técnicas aos locais indicados no **item 4.1** desta Cláusula.

CLÁUSULA QUINTA - DO TREINAMENTO

5.1 A CONTRATADA deverá realizar treinamento presencial de uso e operação do equipamento, com duração mínima de 04 (quatro) horas para Agentes de Segurança Judiciária, em turmas designadas pela CONTRATANTE, nas dependências desta nas localidades respectivas a cada equipamento instalado, em no máximo 05 (cinco) dias úteis a contar da instalação do equipamento, cujo conteúdo terá, no mínimo:

5.1.1 Funcionalidade do equipamento, abrangendo as instruções de uso para todos os níveis de usuário, operador, supervisor e administrador do sistema;

5.1.2 A correta interpretação das imagens produzidas, identificando possíveis ameaças, tais como armas de fogo e brancas, explosivos e artefatos considerados perigosos, bem como todos os procedimentos e comandos referentes à segurança, configuração, transferência de imagens e realização de auditorias no sistema.

5.2 A CONTRATADA deverá oferecer material didático em português, que servirá de auxílio nas instruções oferecidas, bem como emitir certificado após conclusão do treinamento para os servidores indicados e que participarem efetivamente da capacitação.

5.3 O treinamento deverá ser realizado nos equipamentos fornecidos e nas dependências do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

6.1 Os equipamentos não devem conter certas substâncias nocivas ao meio ambiente como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenil-polibromados, éteres difenil-polibromados, em concentração acima da recomendada pela Diretiva 2002/95/EC do Parlamento Europeu, também conhecida como diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), ressalvados os casos em que o uso de tais substâncias, como o chumbo ou elementos radioativos, sejam essenciais para o correto funcionamento do equipamento.

6.2 O atendimento a essa diretriz deve ser comprovado, no momento da entrega dos equipamentos, por meio de certificado ou por declaração do fabricante.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA DO OBJETO/SERVIÇO

7.1 Garantia “on site” não inferior a 24 (vinte e quatro) meses para todos os componentes, contada a partir do recebimento definitivo, a ser exercida no local onde estiver instalado o equipamento, que poderá ser num dos locais indicados abaixo. Caso não seja possível, o equipamento poderá ser removido para prestação de reparos, desde que a remoção do equipamento ocorra sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, e somente mediante a imediata substituição por outro equipamento idêntico, equivalente, ou de melhor qualidade, que permanecerá em uso durante o período de conserto do substituído.

LOCAL DA INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS		QTD
TRT7	Edifício Anexo I – Rua Desembargador Leite Albuquerque nº 1077 – Bairro Aldeota, Fortaleza/CE.	1
	Edifício Anexo II - Rua Vicente Leite nº 1281 – Bairro Aldeota, Fortaleza/CE.	1

FAN	Edifício Desembargador Manoel Arízio de Castro - Avenida Duque de Caxias nº 1150 – Bairro Centro, Fortaleza/CE.	2
	Edifício Dom Hélder Câmara - Avenida Tristão Gonçalves nº 912 – Bairro Centro, Fortaleza/CE.	3
CARIRI	Edifício Desembargador Paulo da Silva Porto – Rua Rafael Malzoni nº 761 – Bairro São José, Juazeiro do Norte/CE	1
MARACANAÚ	Edifício Desembargador Osmundo Pontes – Rua Luiz Gonzaga Honório de Abreu, nº 80 – Bairro Parque Antônio Justa, Maracanaú/CE	1
SOBRAL	Edifício Desembargador Tarcísio Guedes Lima Verde – Avenida Lúcia Sabóia, nº 500 – Bairro Centro, Sobral/CE.	1

7.2 A abertura de chamados técnicos comunicando defeitos deverá ser por telefone com número local (085) ou 0800 ou por correio eletrônico. Em ambos os casos, o atendimento deve ser efetuado em Língua Portuguesa.

7.3 Os equipamentos que apresentarem defeitos deverão ser substituídos ou reparados, sem ônus adicional ao TRT da 7ª Região, no prazo máximo de **5 (cinco) dias**, contados da data da abertura do chamado.

7.4 A assistência técnica, prestada durante a garantia, consistirá na execução de todos os serviços necessários ao perfeito funcionamento do equipamento com o fornecimento, sem custo adicional, de todo o material necessário à execução dos serviços, inclusive peças.

7.5 A assistência técnica que será prestada na modalidade “on site” ou os procedimentos de remoção do equipamento mencionado no item **7.1** desta Cláusula, ocorrerão de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 8h às 16h.

7.6 A Contratada deverá garantir assistência técnica do equipamento, seja por meio da rede mantida pelo próprio fabricante ou por meio de rede por ele credenciada, sendo, em todo caso, capaz de prestar atendimento descritos neste Termo.

7.7 A assistência técnica utilizará apenas peças e componentes originais salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pelo Contratante.

7.8 Quando um chamado técnico for realizado via telefone, o prazo descrito no item **7.3** desta Cláusula iniciará a partir do contato telefônico.

7.9 Quando um chamado técnico for realizado via e-mail, a Contratada deverá, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, responder à solicitação de reparo ou substituição. O prazo descrito no item **7.3** desta Cláusula iniciará a partir da resposta da Contratada.

7.10 O término do reparo/substituição do equipamento não poderá ultrapassar o prazo descrito no item **7.3** desta Cláusula, caso contrário deverá ser providenciado pela contratada a colocação de equipamento equivalente ou de superior configuração como substituto temporário, em perfeitas condições de uso, até que seja sanado o defeito do equipamento. O prazo máximo para o equipamento substituto permanecer no Tribunal não deverá ser superior a 30 (trinta) dias corridos.

7.11 Sempre que realizado o suporte de garantia técnica, deverão ser apresentados relatórios com informações sobre os serviços executados, sobre anormalidades e falhas eventualmente observadas no equipamento.

7.12 A garantia do serviço realizado ou de peças substituídas no equipamento será de no mínimo 12 (doze) meses, contados da data de recebimento do equipamento consertado.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

8.1 O fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade do órgão, com prazo de entrega e de instalação não superior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da assinatura do instrumento de Contrato.

CLÁUSULA NONA - DO LOCAL, HORÁRIO E DIAS DA ENTREGA E INSTALAÇÃO DO OBJETO

9.1 Os equipamentos deverão ser entregues sem ônus e diretamente nos locais definidos no **item 4.1** da Cláusula Quarta deste Termo, no horário de 08h00 às 15h00, de segunda a sexta-feira, exceto feriados. Caberá à CONTRATADA comunicar a entrega à Divisão de Segurança e Transporte do TRT7, com antecedência mínima de **3 (três) dias úteis**.

9.2 A comunicação acerca da previsão da data e horário de entrega do material deverá ser efetivada através de uma das seguintes formas:

9.2.1 Por correspondência eletrônica, endereço: dset@trt7.jus.br

9.2.2 Por contato telefônico: (85) 3388.9392 / 9293 / 9431.

9.3 Serão devolvidos e prontamente repostos pela CONTRATADA os produtos que apresentarem defeitos imediatos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

10.1 Executado o contrato, o objeto será recebido:

10.1.1 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos materiais entregues com a respectiva especificação. O recebimento provisório será dado após a entrega do equipamento com fornecimento de Nota Fiscal, fixação, instalação e ativação no local designado, realização de testes e treinamento nos termos deste edital.

10.1.2 Definitivamente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, através de comissão de 3 (três) membros devidamente designados pela autoridade competente, verificando as especificações dos materiais entregues, em conformidade com o exigido neste Termo.

10.2 Os materiais e serviços poderão ser recusados se não atenderem às especificações solicitadas.

10.3 Na hipótese de ser verificada a impropriedade do material, no ato da entrega, o mesmo será imediatamente rejeitado, no todo ou em parte, a critério da FISCALIZAÇÃO, sendo a CONTRATADA notificada a proceder à substituição no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, sendo-lhe, ainda, concedidos 02 (dois) dias úteis para retirada do material ou parte do que foi rejeitado, sem prejuízo aos prazos estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Antes do início da execução contratual, formalizar (mediante comunicação escrita) a indicação de **preposto** da CONTRATADA e seu substituto eventual, para o gerenciamento dos serviços técnicos e gestão administrativa do contrato, com poderes de representante legal para tratar dos assuntos relacionados ao contrato junto ao CONTRATANTE.

11.2 A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos, *softwares* e serviços necessários à instalação, conexão, configuração e ativação do sistema. Deverão ser executados ainda testes de funcionamento e treinamento técnico e operacional de servidores e prestadores de serviços que atuarão na manipulação dos equipamentos.

11.3 É responsabilidade da CONTRATADA a correção das falhas decorrentes de erros durante as atividades de instalação, sejam operacionais ou por problemas de mau funcionamento dos produtos, responsabilizando-se por todos os custos envolvidos na correção dos desvios, sejam de interoperabilidade, incompatibilidade ou quaisquer outras falhas que impeçam a instalação ou funcionamento.

11.4 Constatada a ocorrência de divergência na especificação técnica, falhas de componentes, defeitos de operação durante a instalação ou dano em decorrência do transporte, fica a CONTRATADA obrigada a providenciar a sua correção em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da notificação da ocorrência ou, a critério da CONTRATANTE, a substituição dos produtos, sujeitando-se a proponente às penalidades previstas na legislação vigente e no instrumento contratual.

11.5 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo treinamento dos servidores e prestadores de serviços do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região que vão operacionalizar o *software* integrado de controle.

11.6 Eventuais despesas de custeio com deslocamento de técnicos da CONTRATADA ao local de instalação, bem como todas as despesas de transporte, diárias, seguro ou quaisquer outros custos envolvidos ficam a cargo exclusivo da CONTRATADA.

11.7 Durante o prazo de garantia de funcionamento, a CONTRATADA será responsável pela assistência técnica aos produtos, através de manutenção preventiva e corretiva, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas, sem ônus para o CONTRATANTE.

11.8 A CONTRATADA deverá disponibilizar central de abertura de chamados técnicos, com início de atendimento em até 04 (quatro) horas e solução em até 08 (oito) horas após a abertura de chamado técnico.

11.9 A abertura de chamados de suporte técnico, sem ônus para o CONTRATANTE, deverá ser efetuada por telefone, *e-mail* ou qualquer outro meio eficaz para atendimento em tempo hábil que também poderá ser utilizado para solução de dúvidas e quaisquer problemas.

11.20 A prestação de assistência técnica nas dependências do CONTRATANTE deverá ser feita pela própria CONTRATADA ou por técnicos comprovadamente credenciados por esta, sem nenhum custo adicional.

11.21 A CONTRATADA apresentará um relatório de assistência técnica para cada atendimento feito, seja ele realizado no ambiente do CONTRATANTE, seja nas instalações da própria CONTRATADA, contendo data e hora de chamada, início e término do atendimento, identificação do problema, providências adotadas e as informações pertinentes para o acompanhamento e o controle da execução do contrato.

11.22 Cada relatório de assistência técnica deverá ser assinado por técnico do CONTRATANTE e pelo responsável pelo atendimento por parte da CONTRATADA.

11.23 Os chamados abertos somente poderão ser fechados após autorização por parte do setor técnico do CONTRATANTE, responsável pelo acompanhamento do chamado.

11.24 Fornecer os materiais rigorosamente condizentes com as Normas Técnicas e em quantidades especificadas.

11.25 Providenciar as ferramentas e equipamentos para o bom andamento dos serviços, não se responsabilizando o CONTRATANTE pela guarda destes materiais.

11.26 Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação.

11.27 Assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações que seus empregados ou prepostos vierem a obter em função dos serviços prestados, respondendo pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros em virtude de um eventual vazamento de informação, decorrente de ação dolosa, negligência, imperícia ou imprudência.

11.28 Fornecer os equipamentos de proteção individual (EPI) de uso obrigatório, indicados pela legislação trabalhista, para os empregados desse setor, assim como os mesmos deverão estar devidamente identificados com uniforme personalizado e crachá de identificação da CONTRATADA.

11.29 Responsabilizar-se, integral e exclusivamente, pelas obrigações com mão de obra, materiais, transporte, refeições, uniformes, ferramentas, equipamentos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, cíveis e criminais, resultantes da execução do Contrato, inclusive no tocante aos seus empregados, dirigentes e prepostos.

11.30 Efetuar a entrega dos materiais de acordo com as especificações e demais condições estipuladas no Edital e no local indicado.

11.31 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

11.32 Proceder à entrega dos bens, na forma a não serem danificados durante a operação de transporte de carga e descarga, assinalando na embalagem a marca, destino e, quando for o caso, número de Licença de Importação ou documento equivalente, com as especificações detalhadas ou documento equivalente, para conferência.

11.33 Efetuar a instalação elétrica (cabeario, elétrica, dutos e outros equipamentos e serviços) para o pleno funcionamento dos equipamentos de segurança, objetos deste Termo.

11.34 Fornecer todos os materiais de boa qualidade. As marcas apresentadas nas propostas não poderão ser substituídas por outra no ato da entrega da mercadoria.

11.35 Oferecer assistência técnica, atualização do sistema, reparos e reposição de peças por um período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses.

11.36 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

11.37 Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

11.38 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na contratação, nos termos do art. 27, § 2º, do Decreto nº 5.540/2005, bem como do art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/1993.

11.39 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato, nos termos do art. 71 da Lei nº 8.666/1993.

11.40 Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos limites estabelecidos no art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

11.41 Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da contratação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE, nos termos do art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

11.42 Repassar à equipe técnica do CONTRATANTE, quando da execução do objeto, os conhecimentos teóricos e práticos que fundamentam a solução dos problemas e a melhoria da plataforma, possibilitando, em situações futuras, a participação direta na solução e nas novas melhorias implementadas.

11.43. Possuir supervisor de proteção radiológica de acordo com as normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN.

11.43.1 O supervisor deverá ter vínculo com a proponente. O vínculo poderá ser societário (os profissionais integram o quadro societário da proponente - meio de prova – Contrato social), celetista (funcionário da proponente – meio de prova – C.T.P.S.) ou civil (contrato de prestação de serviços autônomos – meio de prova – Termo ou compromisso contratual).

11.44 Apresentar Certificado de Isenção de Requisitos de Proteção Radiológica, emitido pela CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear), comprovando que os equipamentos são blindados e o vazamento de radiação está dentro dos níveis permitidos pela CNEN, conforme Posição Regulatória 3.01/001:2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1 Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

12.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.3 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da CONTRATADA às dependências do TRT7, relacionadas à execução do contrato;

12.4 Exercer a fiscalização dos serviços por intermédio de servidores especialmente designados, na forma prevista no art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

12.5 Efetuar os pagamentos na forma e prazo estabelecidos neste Termo.

12.6 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor.

12.7 Informar à CONTRATADA sempre que verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1 A gestão e a fiscalização da contratação caberão aos representantes da Administração especialmente designados, conforme dispõe o art. 67 da Lei nº 8.666/1993, e, nos seus impedimentos e afastamentos legais, pelos respectivos substitutos nomeados para este fim.

13.1.1 A Administração poderá alterar a designação dos gestores e fiscais, quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à CONTRATADA,

sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

13.2 Em qualquer das hipóteses de designação da gestão/fiscalização previstas nos **itens/subitens 13.1 e 13.1.1**, caberá à gestão/fiscalização comunicar à CONTRATADA da sua designação.

13.3 Os gestores e fiscais designados exercerão, de forma segregada, as atribuições previstas na Resolução TRT7 nº 200/2014, e tudo o mais que for necessário, visando o adequado acompanhamento e fiscalização da execução contratual, devendo, ainda, providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer.

13.4 As decisões e providências que ultrapassem a competência dos gestores e fiscais deverão ser solicitadas, em tempo oportuno, à Diretoria competente, para adoção das medidas que julgar convenientes.

13.5 Os gestores e fiscais deverão comunicar à Administração do Tribunal qualquer fato relevante que obste a execução do contrato ou o perfeito exercício de suas obrigações oriundas da contratação.

13.6 A gestão e a fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

13.7 As informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA poderão ser obtidos através dos telefones: 3388.9293 / 9392 / 9431 (Divisão de Segurança e Transporte do TRT7 – Sede).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a União, e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais, se praticar alguma das seguintes ações:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) deixar de entregar documentação exigida no Contrato;
- c) falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto do Contrato;
- e) comportar-se de modo inidôneo;
- f) fizer declaração falsa;
- g) cometer fraude fiscal.

14.2 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à **multa de mora**, no percentual de **0,2% (dois décimos por cento)** ao dia, calculada sobre o valor da quantidade entregue intempestivamente, limitada a **10% (dez por cento)**.

14.2.1 Se o atraso de que trata o item supra ultrapassar o prazo de **30 (trinta) dias**, a Administração poderá entender pela inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

14.3 Além das sanções previstas nos itens supra a CONTRATADA poderá incorrer nas seguintes sanções:

14.3.1 Advertência;

14.3.2 multa, no percentual de **10% (dez por cento)**, calculada sobre o valor anual do contrato, na hipótese de inexecução total do Contrato;

14.3.3 multa, no percentual de **10% (dez por cento)**, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, na hipótese de inexecução parcial;

14.3.4 Multa, no percentual de **5% (cinco por cento)**, calculada sobre o valor do Contrato, para os demais casos de descumprimento contratual.

14.4 A aplicação de sanções previstas neste instrumento será sempre precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa, cuja intimação dar-se-á na forma da lei, inclusive através de fax ou e-mail.

14.5 A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções e será descontada da respectiva Nota Fiscal.

14.6 As penalidades decorrentes dos itens supra serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO

15.1 Dá-se à presente contratação o valor global de R\$,.... (.....), conforme quadro abaixo:

Item	QTD	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	10	SCANNER DE RAIOS-X		

15.2 Durante a vigência deste Contrato não haverá reajuste de preços, salvo por expressa determinação legal para este ou Contratos afins.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

16.1 O pagamento será efetuado, integralmente, na conta bancária fornecida pela CONTRATADA, em até **5 (cinco) dias úteis** contados após o recebimento definitivo, condicionado ao recebimento da nota fiscal e dos certificados de garantia dos materiais e dos serviços, ocasião em que o Tribunal verificará a regularidade com a **Fazenda Federal** (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União e INSS), com a **Fazenda Estadual**, com a **Fazenda Municipal**, com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço** (FGTS), bem como com a regularidade trabalhista, mediante **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas** (CNDT).

16.2 A nota fiscal/fatura que apresentar incorreções será devolvida para as devidas correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

16.3 A comprovação da regularidade fiscal poderá ser feita pelo CONTRATANTE através de consulta ao SICAF ou aos sítios que disponibilizam tal informação.

16.4. A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número e nome do

banco, agência e número da conta de titularidade da CONTRATADA onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

16.5. Considera-se como efetivo pagamento o dia da entrega da ordem bancária na respectiva unidade bancária.

16.6. Nos casos de atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os encargos moratórios devidos pela Contratante, entre a data limite para pagamento e à correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, são calculados, na forma do art. 36, §4º da Instrução Normativa nº 02/08 do MPOG, por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;

I = Índice de atualização financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ $I = \frac{6/100}{365}$ $I = 0,00016438$

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1 As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta da natureza de despesa 4490 52- Material Permanente, constante da Atividade 15.108.02.122.0571.4256.0023- Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho. **Nota de empenho nº.**_____.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

18.1 O presente contrato tem vigência a contar da sua assinatura até ____/____/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA RESCISÃO

19.1 O CONTRATANTE poderá considerar rescindido o presente Contrato, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA o direito a qualquer indenização, nos casos e formas fixados nos artigos 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93.

19.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Procedimento Administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

19.3 A rescisão de que trata o item **19.1**, exceto quando se tratar de caso fortuito, força maior ou razões de interesse público, acarretará a retenção dos créditos decorrentes deste contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 Qualquer modificação ou alteração no presente Contrato será formalizada mediante termo aditivo, objetivando atender aos interesses das partes e ao objeto deste instrumento de Contrato, **salvo hipótese de alterações relativas à gestão/fiscalização.**

20.2 Os termos aditivos são partes integrantes deste Contrato, como se nele estivessem transcritos.

20.3 Este Contrato administrativo regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA- DA PUBLICAÇÃO

21.1 De conformidade com o disposto no art. 61, parágrafo único da Lei 8.666/93, o presente contrato será publicado na forma de extrato, no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA- DO FORO

22.1 É competente o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Ceará, com exclusão de outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente contrato.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si, ajustado e contratado, assinam o presente, em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus legais e jurídicos efeitos.

Fortaleza, de de 2017.

MARIA EVELINE FERNANDES BARRETO
DIRETORA GERAL DO TRT DA 7ª REGIÃO
CONTRATANTE

CONTRATADA